



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 77/2025**, de autoria do Presidente dessa Casa, Vereador Jair Humberto da Silva, o qual: ***"Denomina de 'Carlos Alberto Xavier' a via atualmente identificada como Rua Mandaguari, localizada no Bairro Portal do Lago 11, e dá outras providências"***.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

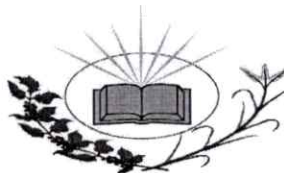
FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

A iniciativa legislativa insere-se no âmbito de competência do Município, consoante dispõe o art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, que assim estabelecem:

Assinatura manuscrita em azul.

Assinatura manuscrita em azul.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.”

A Lei Orgânica do Município de Catalão, em consonância com o ordenamento constitucional, prevê competência da Câmara Municipal para dispor sobre a denominação e alteração de logradouros públicos, sendo tal prerrogativa usualmente exercida por iniciativa parlamentar, sobretudo quando a proposição visa homenagear personalidades de relevância comunitária.

A prática de denominar logradouros públicos como forma de reconhecimento post mortem é amplamente aceita no Direito Administrativo e na tradição legislativa municipal, contribuindo para o resgate e valorização da história e identidade local.

A proposta apresenta caráter simbólico e social relevante, promovendo a preservação da memória coletiva e reforçando valores fundamentais como a solidariedade, o respeito e a valorização da cidadania ativa.

Sob o ponto de vista jurídico-formal, o projeto atende aos princípios constitucionais e regimentais.

Não há vício de iniciativa, pois a matéria não está reservada à competência exclusiva do Poder Executivo. Pelo contrário, é de praxe que projetos de denominação de bens públicos sejam de iniciativa parlamentar, especialmente quando fundados em homenagens e interesses locais.

A redação legislativa é clara, objetiva e adequada, respeitando os princípios da legalidade, da publicidade e da segurança jurídica (art. 37 da CF/88).



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

A doutrina pátria reforça a legitimidade da proposição. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“A denominação de logradouros públicos é ato administrativo discricionário, que pode ser regulamentado pelo Poder Legislativo local, sendo comum a adoção de nomes de personalidades falecidas como forma de homenagem e preservação da memória coletiva.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020.)

E ainda, conforme Hely Lopes Meirelles:

“A denominação de ruas e praças, no município, é matéria de interesse local e pode ser objeto de lei municipal, como instrumento de preservação cultural e histórica.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.)

Ademais, observa-se que a homenagem póstuma é adequada e evita qualquer associação indevida com interesses políticos pessoais, respeitando a impessoalidade e a moralidade administrativa.

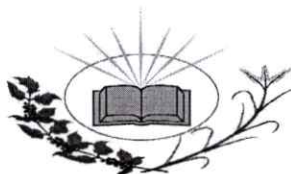
CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 77/2025, por estar em conformidade com os preceitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, recomendando a aprovação da matéria.

Catalão (GO), 12 de agosto de 2025.


Gilberto Barbosa de Andrade (SD)
 Relator





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator, no **Projeto de Lei nº 77/2025**.

Catalão (GO), 12 de agosto de 2025.

Gilmar Antônio Neto (UNIÃO)
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do presidente, no **Projeto de Lei nº 77/2025**.

Catalão (GO), 12 de agosto de 2025.



Thomas Marques de Mesquita (PODE)
Voga

